

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO CASAMENTO  
NOS CONCELHOS DE ANGRA DO HEROÍSMO,  
HORTA E PONTA DELGADA,  
NO PERÍODO DE 1961 a 1985

por  
GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA  
OCTAVIO H. RIBEIRO DE MEDEIROS

A nupcialidade não é uma variável microdemográfica visto que o seu aumento ou diminuição não implica directamente um aumento ou diminuição da população. Contudo, tem-se revelado de grande importância o seu estudo devido à incidência directa que tem na fecundidade e indirectamente na estrutura populacional.

É compreensível que a uma estrutura etária mais jovem corresponda não só uma maior frequência do casamento como implicações diferenciadas ao nível da fecundidade. São conhecidos os trabalhos efectuados no respeitante ao celibato definitivo e à idade média do casamento, quer nas populações europeias como nas de outras regiões, sendo nestas os elevados níveis de fecundidade consequência, em parte, de casamentos realizados mais precocemente.

A importância do casamento como regulador do volume populacional nas sociedades de Antigo Regime salientado

por Dupaquier<sup>1</sup>, bem como o celibato preconizado por Malthus como solução à explosão populacional sentida na Europa da sua época, são exemplos da sua consideração numa perspectiva demográfica.

O divórcio a ele associado, permitindo ou não a sua permanência, surge-nos como parte integrante da própria análise da nupcialidade, relevante quando, como acontece nos últimos anos, regista montantes bem mais significativos do que no passado.

No entanto, esta é uma das temáticas menos desenvolvidas em demografia<sup>2</sup>, até, e fundamentalmente, se comparada com o interesse suscitado, em antropólogos e sociólogos, pela origem, estrutura e funções da família.

Factor interveniente, ainda que indirectamente, no estudo de uma população, a realização da nupcialidade, diferenciada no tempo e no espaço, assenta em normas que transcendem a ciência demográfica, pertencendo a sua cabal compreensão a uma complexidade de abordagens de ordem política, económica, social e cultural de cada sociedade.

Sendo o celibato uma realidade para uma grande maioria de escravos, por interesse próprio ou dos seus senhores, nas civilizações grega e romana, era nesta, também, a situação de uma parte significativa dos elementos das classes mais elevadas como consequência de um particular modo e concepção de vida<sup>3</sup>.

São os factores económicos e de transmissão de bens, inseridos numa diferente perspectiva da vivência social, que regem a efectivação do casamento no Antigo Regime,

<sup>1</sup> Cf. J. Manuel Nazareth, *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

<sup>2</sup> Cf. United Nations. Department of Economic and Social Affairs, «The determinants and consequences of population trends», *Population Studies*, n. 50, vol. I, New York, United Nations, 1973.

<sup>3</sup> Cf. Marcel Reinhard e outros, *Histoire Générale de la Population Mondiale*, Paris, Edition Montchretien, 1968.

situação alterada com as modificações decorrentes na sociedade consequente à Revolução Industrial<sup>4</sup>.

No nosso século, e não obstante a variedade de situações, mesmo no contexto europeu, e no que respeita aos últimos decénios, assistimos a uma diminuição do casamento e a um aumento do divórcio, constatação feita fundamentalmente nas sociedades mais industrializadas, nomeadamente da Europa e América do Norte. Ao decréscimo do casamento corresponde um acréscimo de uniões não formalizadas; ao divórcio seguem-se cada vez mais novos casamentos ou uniões.

Desde logo se procurou identificar as condições económicas e sociais a que se associava uma menor estabilidade do casamento, particularmente em trabalhos de natureza sociológica e psicológica, na busca das causas do divórcio. Contudo, como refere Kellerhals<sup>5</sup>, a resposta será mais clara ao procurar as causas do casamento, ou seja, as motivações à sua nova organização.

A vivência infantil e juvenil em ambientes de conflito, bem como as dificuldades económicas e sociais decorrentes da organização da sociedade tecnológica, com um elevado grau de urbanização (e em que a mulher com um maior grau educacional se apresenta como elemento activo no mundo do trabalho) são, por vezes, condicionantes à sobrevivência do casamento. No entanto, a própria expectativa do casamento, integrado num projecto de realização pessoal cuja satisfação se sobrepõe à instituição familiar, será o aspecto a relevar.

O casamento e o divórcio surgem, assim, no contexto de mobilidade e transitoriedade da sociedade actual em que a diversidade se apresenta como característica essencial.

<sup>4</sup> Cf. J. Manuel Nazareth, *op. cit.*; Marcel Reinhard, *op. cit.*

<sup>5</sup> Cf. Jean Kellerhals e outros, «Statut social, project familial et divorce: une analyse longitudinale des ruptures d'union dans une promotion de mariages» in *Population*, n. 6, Paris, Ed. de l'INED, 1985.

Actuando a nupcialidade de um modo particular na natalidade, variável presentemente considerada de maior responsabilidade na evolução da população mundial, difícil se torna ainda prever as consequências que nela terão os novos modos de pensar e agir. No entanto, é ainda fundamentalmente através do casamento que a fecundidade adquire maior expressão, mesmo nas sociedades tecnologicamente mais avançadas, o que não é o caso da região que nos propomos estudar — os Açores.

A análise dos casamentos nos concelhos que integram as capitais dos três ex-distritos açorianos, nos anos 1961-1985, e a sua evolução, é o tema que nos propomos abordar. Sem pretender explicar de todo estes acontecimentos, de si complexos, desejamos contribuir para um melhor conhecimento dos Açores quer a nível demográfico quer sociológico.

A consideração do período de 1961 a 1985 pretende abranger não só a última década, em que nos surgem mais significativas as mudanças, como os anos imediatamente anteriores em que estas, ainda que atenuadas, já se fazem sentir.

Se atendermos à distribuição da população pelas zonas urbanas, no referencial aceite de que é fundamentalmente nestas que assentam os modernos padrões de vida, assistimos a um acréscimo, passando o seu valor percentual de 14,7, em 1960, para 16,1 em 1970 e 17,1 em 1981. Com efeito, e segundo o recenseamento de 1981, numa referência comparável e exemplificativa, 31,5% da população activa dos Açores pertence ao sector primário, 25,2% e 43,3% respectivamente aos sectores secundário e terciário<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Segundo a Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DREPA) na sua publicação «Açores — Análise Demográfica 1970-1981», editada em Angra do Heroísmo em 1984, os valores médios registados pela França, República Federal Alemã, Reino Unido, Japão e E. U. A., são da ordem dos 6, 38 e 56%, respectivamente na Agricultura, Indústria e Serviços.

Contudo, se observarmos os valores respeitantes ao ano de 1970, as diferenças parecem-nos relevantes. O sector primário detinha o maior valor percentual 49,8, tendo o secundário e o terciário quantitativos inferiores — 17,2 e 32 respectivamente. Em 1960, 60% da população activa pertencia ao sector primário (em 1950 — 64%), 17% ao secundário (em 1950 — 15%), e 23% ao terciário (em 1950 — 21%)<sup>7</sup>.

Não obstante apontar-se uma certa recuperação nos últimos tempos, a partir de 1979, a população açoriana apresenta um declínio desde 1960 e praticamente durante 20 anos<sup>8</sup>.

Com um total de 327.480 habitantes em 1960, o montante passa para, sucessivamente, 289.096 e 243.410 em 1970 e 1981, como se constata da observação dos respectivos censos.

Considerada como o principal factor de decréscimo populacional, a emigração particularmente elevada nos anos sessenta e setenta, nomeadamente entre 1965 e 1975, diminui significativamente nos finais da década de setenta e nos primeiros anos da de oitenta<sup>9</sup>. Os efeitos na estrutura populacional, ainda que não excluídas outras causas, são visíveis, fundamentalmente no que respeita à população activa que de 60,2% do total da população em 1960 passa para 58,3% em 1970 e 59% em 1981<sup>10</sup>.

Neste enquadramento diminui a população casada que de 133.602 em 1960 passa para 117.550 em 1970 e 107.463 em 1981. Sentido inverso, no entanto, encontramos no número de divorciados que, e para as mesmas datas, apre-

<sup>7</sup> Cf. Octávio de Medeiros, «Mundo Rural: Mudança e Desafios», in *Atlântida*, n. 1, 2, 3, Angra do Heroísmo, 1985, p. 277.

<sup>8</sup> Cf. DREPA, *Plano a Médio Prazo 1985-1988*, Angra do Heroísmo, 1984.

<sup>9</sup> Cf. DREPA, *Açores — Análise Demográfica*, op. cit.

<sup>10</sup> Consideramos população activa a constante dos Recenseamentos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

sentam os seguintes quantitativos: 369, 185, 466. Evolução semelhante regista, também, o montante dos separados judicialmente: 176, 390, e 1.091.

Totalizando o número de divorciados e separados, posição por que optamos em todo o trabalho, verificamos que estes passam de 545 em 1960 para 575 em 1970 e 1.557 em 1981<sup>11</sup>. A um acréscimo de 5,5% nos anos sessenta segue-se um aumento da ordem dos 170% nos anos setenta. É, pois, nestes últimos anos que o fenómeno começa a apresentar maior expressividade. A proporção de divorciados face aos casados regista a seguinte evolução: 1960, 0,4%; 1970, 0,5%; 1981, 1,5%.

As mudanças mais relevantes nesta década, não será alheia a alteração política verificada no país em 25 de Abril de 1974.

Sociedade predominantemente rural, tradicional, os Açores de isolados puderam, senão ainda compartilhar de um mundo diferente, pelo menos conhecê-lo ou vislumbrá-lo.

É com base nesta situação que optamos, por um lado, e dada a impossibilidade de no momento abranger toda a região, por analisar os três concelhos que, em todo o período, apresentam uma zona urbana e uma zona rural<sup>12</sup>, e em cada um deles verificar se encontramos no fenómeno em estudo, e numa perspectiva dinâmica, uma correspondência aos diferentes modos de vida. Por outro, a consideração do casamento católico e civil deve-se não só ao facto de a população açoriana ser, na sua quase totali-

<sup>11</sup> Englobamos na categoria de «divorciados» o conjunto dos divorciados propriamente ditos e dos separados judicialmente, numa simplificação que, não obstante a relevância desta diferenciação, reportamos mais adequada aos nossos objectivos e à pequenez de efectivos em análise.

<sup>12</sup> Em cada Concelho consideramos como zona urbana unicamente as freguesias que compõem as respectivas cidades. Todas as restantes estão inseridas na zona rural.

dade, profundamente religiosa-católica, como à posição da Igreja católica face ao divórcio. Acresce ainda o facto de a própria legislação portuguesa ter assumido aquela posição da Igreja até data recente. Com efeito, segundo o art.º 24.º da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português os casamentos católicos celebrados a partir de 1 de Agosto de 1940 não eram susceptíveis de dissolução por divórcio. Só em 1977 esta situação foi alterada pela revisão da mencionada Concordata.

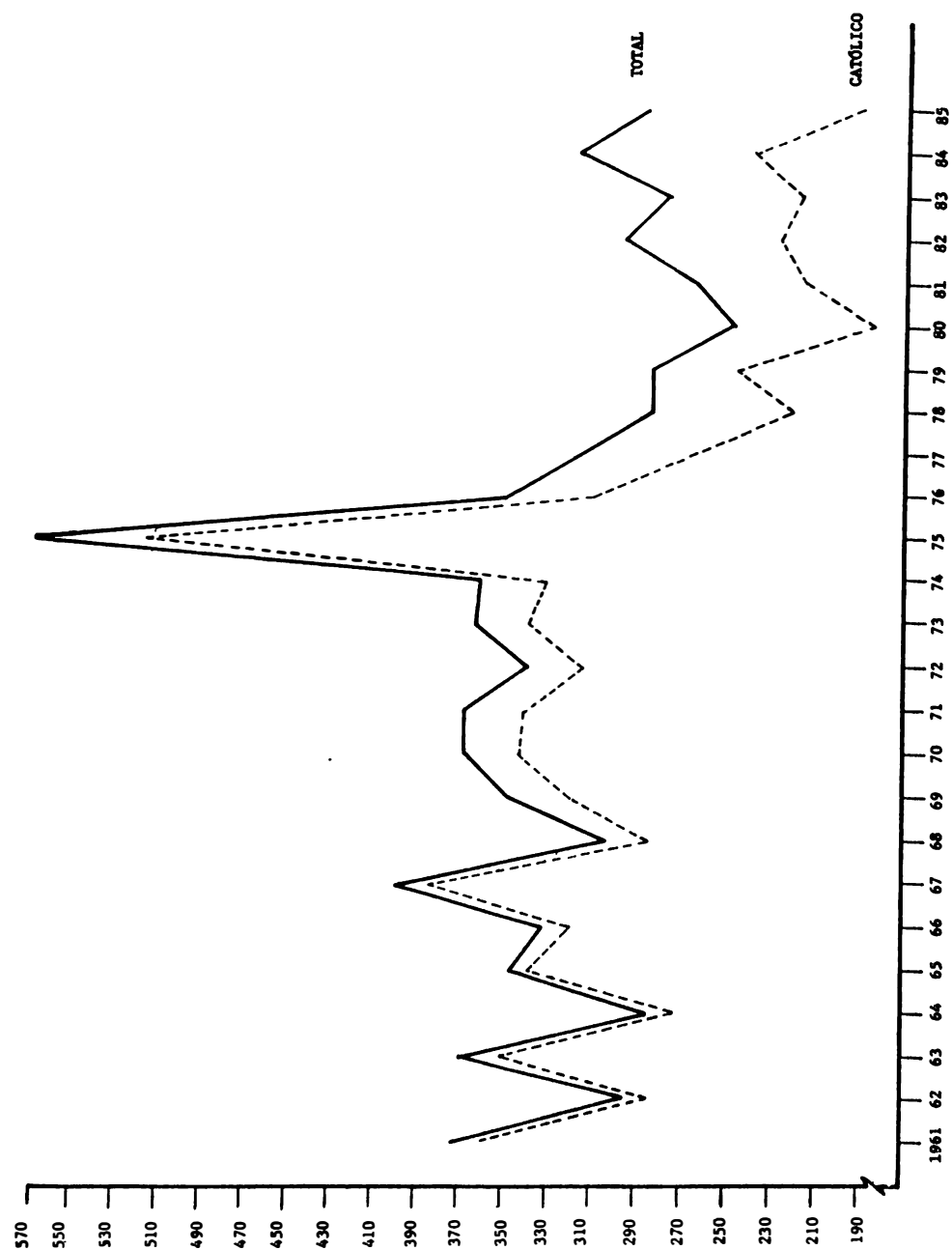
Os dados disponíveis nas publicações oficiais não nos pareceram os mais adequados para responder aos objectivos do trabalho. Durabilidade do casamento, respectivas dissoluções por divórcio, distribuição rural e urbana só obteriam resposta pela recolha de informação quer nas Conservatórias do Registo Civil, quer nos Arquivos Paroquiais, a que recorremos neste trabalho.

Temos consciência do muito que poderia e deveria ser feito, particularmente no que respeita à idade do casamento e à conseqüente possibilidade de uma análise por gerações. Mas, como já foi referido, esta é apenas uma primeira abordagem sobre a problemática do casamento, essencial quer em trabalhos de índole demográfica, quer como subsídio à investigação a outras áreas temáticas.

## 1. CONCELHO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Da observação do gráfico n.º 1, facilmente nos apercebemos que o valor global dos casamentos no concelho de Angra mantém-se praticamente estável entre 1961 e 1974, registando um aumento extraordinário no ano de 1975, com montantes perfeitamente ímpares no conjunto do período em análise. Entre 1975 e 1980 o declínio é bastante acentuado. Entre 1980 e 1985 assistimos a um novo acréscimo, irregular, mas de quantitativos inferiores aos observados no período inicial.

GRÁFICO N.º 1  
Evolução dos casamentos no Concelho de Angra do Heroísmo no período de 1961-1985



Se atentarmos na curva dos casamentos católicos verificamos que, até 1968, o desvio relativamente à totalidade dos casamentos é mínimo e constante. Desta data em diante começa a acentuar-se, atingindo um ritmo mais significativo a partir de 1976. Nos últimos 10 anos, e mantendo-se constante a frequência maior do casamento católico, o quantitativo do casamento civil é bem mais relevante do que na década de sessenta.

Embora seja uma medida grosseira, por não atender às características estruturais da população, nomeadamente a idade e o sexo, a Taxa Bruta de Nupcialidade (TBNup.) permite-nos, no entanto, uma avaliação mais correcta do que a resultante dos valores absolutos<sup>13</sup>.

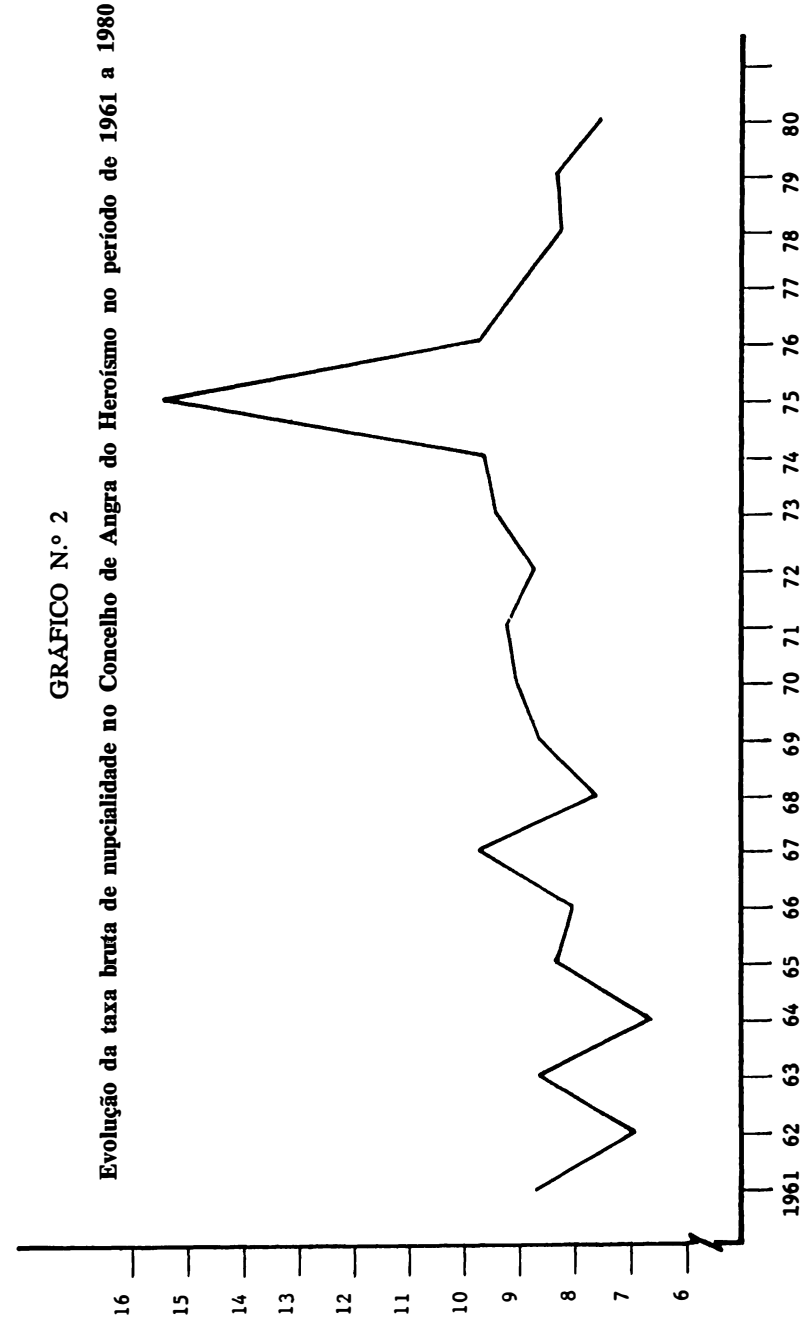
Como se constata no gráfico n.º 2, exceptuando o ano de 1975, a nupcialidade apresenta-se praticamente constante ao longo de todo o período considerado.

Julgamos ser importante realçar a situação registada em 1975. O que a poderá ter justificado? As alterações políticas verificadas no ano anterior e consequentes transformações económicas e sociais? Não está no âmbito deste trabalho a resposta a estas questões que poderão constituir, no entanto, matéria de nova investigação.

As diferenças observadas entre as sociedades industrializadas e as rurais levou-nos, não obstante os condicionalismos da sociedade açoriana, a considerar a TBNup. na zona urbana e rural, representadas no gráfico n.º 3.

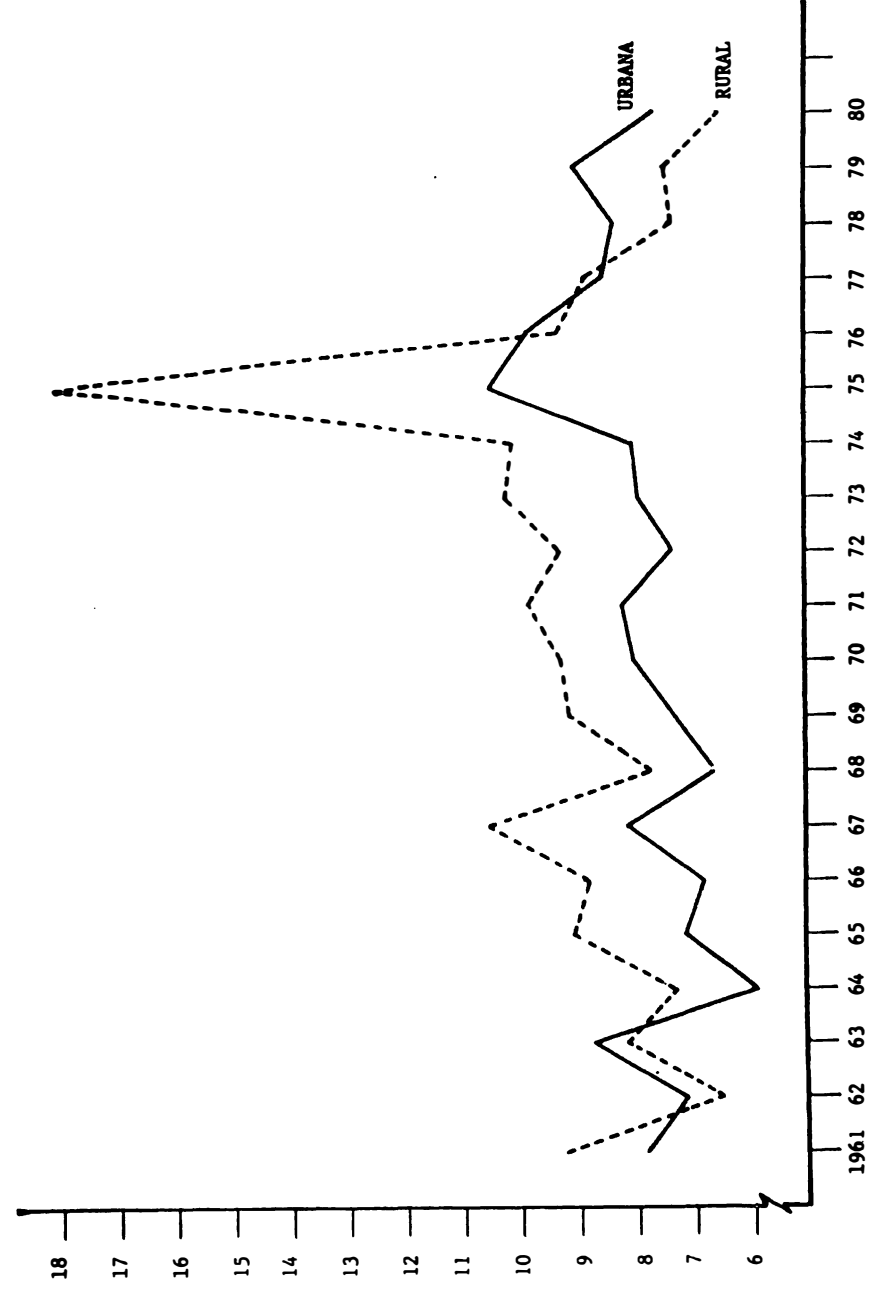
Na cidade de Angra do Heroísmo a TBNup. é, nos últimos anos 75-80, mais elevada que nos iniciais, inversa-

<sup>13</sup> Para o cálculo da TBNup. estimamos a população nos anos intermédios aos Recenseamentos, através da taxa de crescimento anual médio (T.C.A.M.). Fizemos ainda corresponder a Dezembro de 1980 a população constante no Recenseamento de 1981, que efectuado em Março apresenta maior proximidade daquela data. De tais factos resulta que o cálculo da TBNup. só possa ser efectuado até 1980.



**GRÁFICO N.º 3**

**Evolução da taxa bruta de nupcialidade na zona urbana e na zona rural do Concelho de Angra do Heroísmo no período de 1961 a 1980**



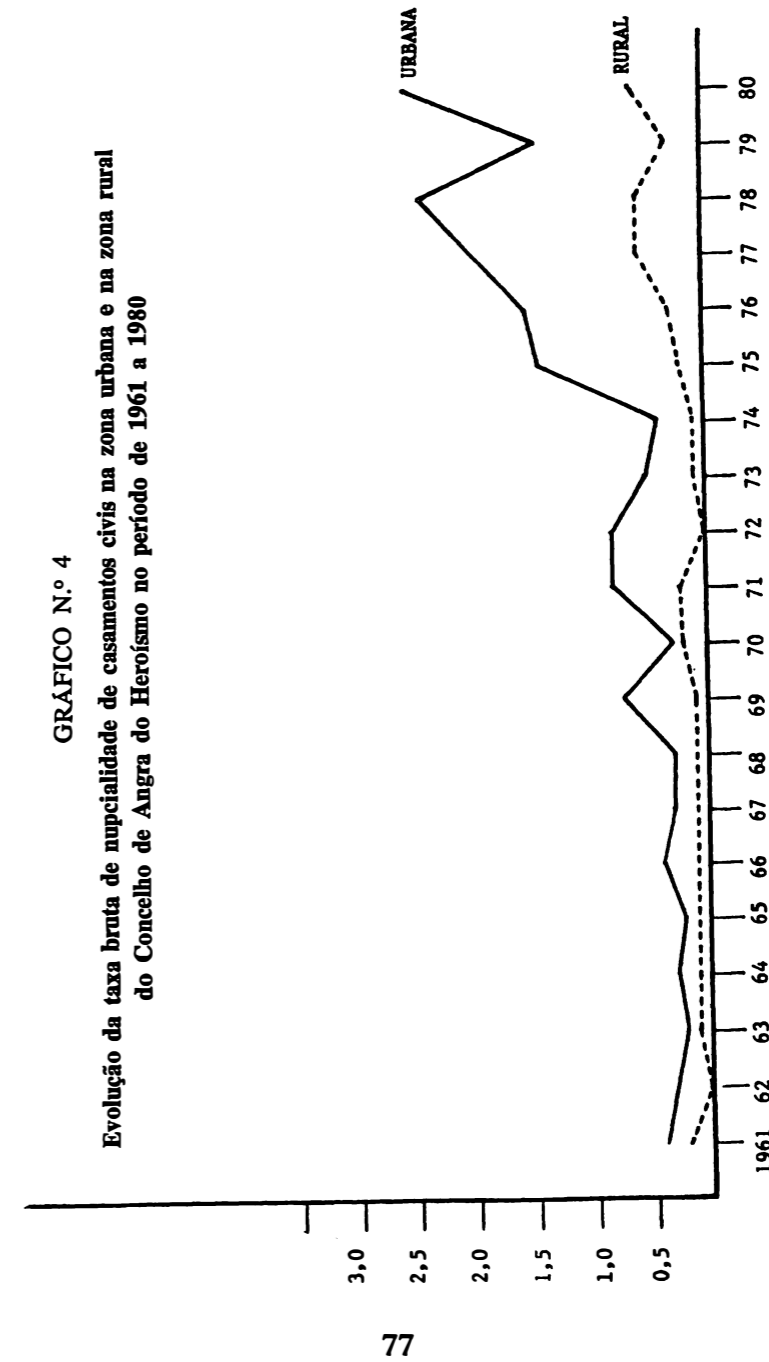
mente ao que acontece na zona rural. Por outro lado, comparando as duas curvas, vemos como no campo a nupcialidade era mais intensa na década de sessenta e princípio de setenta, situação que se modifica a partir de 1976, particularmente em 1979.

A tendência de declínio na zona rural a partir de 1975 é bastante acentuada. É possível que tal facto esteja relacionado com os «nítidos sinais de envelhecimento das comunidades rurais» deste concelho<sup>14</sup>. Não podemos deixar de salientar que o extraordinário aumento verificado em 1975 e que anteriormente referimos, resulta fundamentalmente da situação registada na zona rural, onde o fenómeno apresenta particular relevância.

Sociedade tradicionalmente religiosa, não admira que a maioria dos casamentos sejam católicos, como já tivemos ocasião de observar no gráfico n.º 1. Da ordem dos 97% no início da década de sessenta, encontramos nos primeiros anos de setenta quantitativos não muito diferenciados, sempre superiores a 90%. É a partir de 1976 que o seu valor desce abaixo daquele montante, atingindo em 1984 75,4% e em 1985 60,4% da totalidade dos casamentos. Esta alteração nos valores poderá ser indicativo não só de um diferente grau de religiosidade como também de uma nova concepção do casamento. Contudo, a resposta a estas questões ultrapassa, obviamente, o objectivo do nosso trabalho.

Podemos ainda concluir, como se pode verificar pelas TBNup. representadas no gráfico n.º 4, que as modificações respeitantes ao casamento católico e civil, com um acréscimo na importância deste último, são mais consequência de alterações registadas na zona urbana do concelho.

<sup>14</sup> Cf. DREPA, *Aspectos Demográficos. Açores - 78*, Angra do Heroísmo, 1981, pp. 37-50.



Os casamentos civis, ainda que pouco relevantes, apresentam características relativamente diferenciadas ao longo do tempo, representadas no gráfico n.º 5<sup>15</sup>.

Na nossa análise estabelecemos a diferença entre casamentos *urbanos* — os realizados entre cidadãos; *rurais* — entre os que vivem no campo; *exteriores* — quando um dos cônjuges reside num dos países de emigração açoriana, remetendo para a classificação de *outros* os casamentos realizados entre elementos rurais e cidadãos residentes na região.

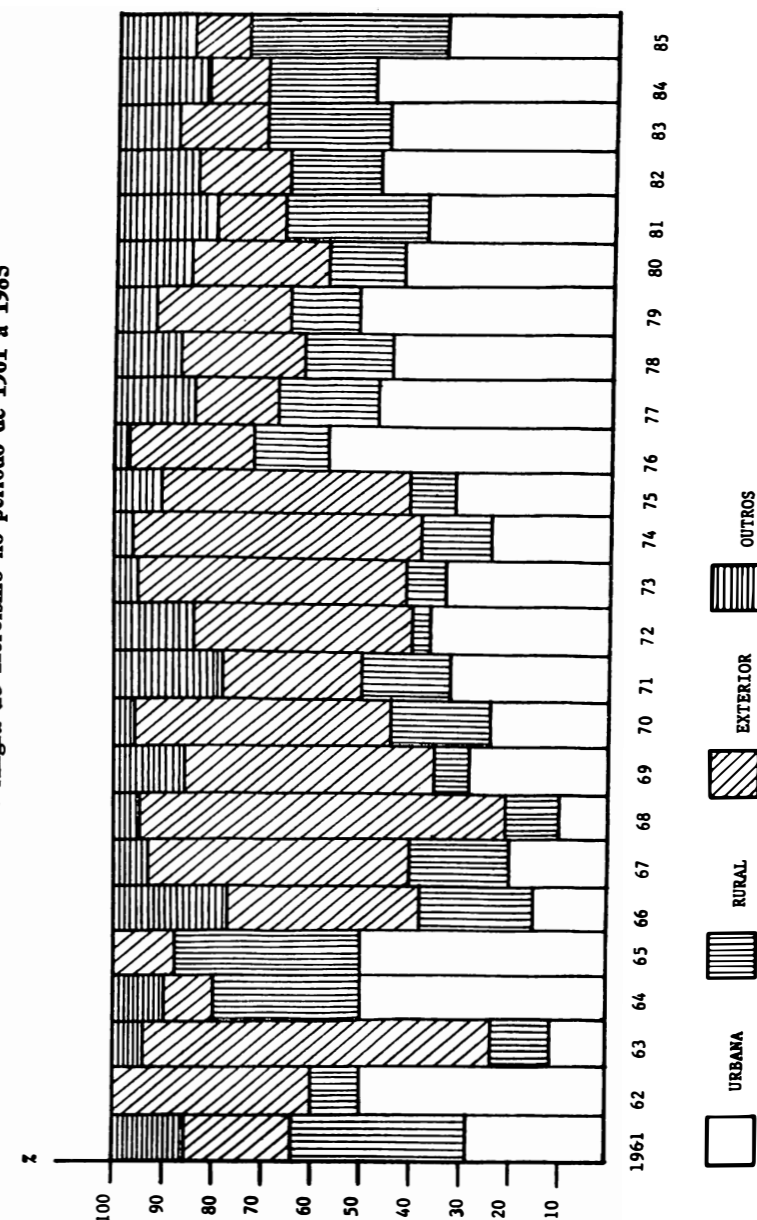
A maior preponderância nestes últimos permite verificar uma menor endogamia consequente à maior mobilidade duma sociedade em transformação. Tal não nos parece relevante no concelho de Angra do Heroísmo, apesar duma certa permanência registada por este grupo nos últimos anos, mas com valores inferiores quer aos realizados entre elementos da zona urbana, quer da zona rural.

O acréscimo ainda que diminuto entre os anos de 1968 e 1976 deve-se, fundamentalmente, a casamentos com população residente no exterior, situação perfeitamente compreensível já que é neste período que a emigração é mais acentuada. Possivelmente ao casamento civil realizado no concelho de Angra, que permitia a ida para o país de destino, seguir-se-ia lá o casamento católico, pelo que nos parece pouco representativo de uma alteração de valores.

Nos últimos anos, particularmente a partir de 1980, quando se verifica um aumento mais significativo do casamento civil, o realizado com pessoas residentes no exterior deixa de ser preponderante, tendo quantitativos mais elevados os realizados com residentes no concelho, com

<sup>15</sup> A recolha e tratamento dos dados respeitantes ao casamento católico, permitindo neste uma diferenciação semelhante, foi-nos impossível realizar no momento presente, dado o seu elevado volume. Pensamos, contudo, que tal não invalida a pertinência da análise efectuada nos casamentos civis.

GRÁFICO N.º 5  
Evolução dos casamentos civis segundo a importância relativa de residência dos cônjuges no Concelho de Angra do Heroísmo no período de 1961 a 1985



maior expressividade na zona urbana. Contudo, não queremos deixar de salientar que, no ano de 1985, o maior valor percentual se encontra na zona rural.

Tratando-se de acontecimentos bastante recentes, é-nos difícil apontar modificações reais que nos parecem, todavia, perceptíveis, mas só um estudo a realizar posteriormente, com um maior período de análise, o poderá confirmar.

Ao analisarmos a evolução do número de divórcios em cada um dos anos do período de 1961-1985, respeitantes aos casamentos considerados, ou seja, os realizados a partir de 1961, facilmente nos apercebemos que, surgindo pontualmente até aos primeiros anos da década de setenta, registam a partir desta data valores cada vez mais elevados, apesar da irregularidade do acréscimo. Se até 1976 o quantitativo não ultrapassa o valor 5, em 1982, 1983, 1984 e 1985 é de 20, 15, 16 e 27, respectivamente.

Se desta informação podemos concluir que, embora de um modo bastante ténue, a dissolução do casamento é cada vez mais uma realidade no concelho de Angra do Heroísmo, já pouco nos diz, no entanto, da durabilidade do casamento e da possibilidade de uma diferente concepção deste fenómeno ao longo do tempo.

Nesta perspectiva, encaminhamos o nosso trabalho, utilizando uma análise por coortes em que o acontecimento de origem é o ano do casamento. Obviamente que, ao assim procedermos, estamos a englobar no mesmo coorte casamentos de pessoas com idades diferenciadas, aspecto que, embora não esquecido, não foi considerado dada a deficiência de informação (já tivemos ocasião de o referir). A pertinência da nossa opção surge, pois, da irrelevância dada à variável idade.

Iremos efectuar a análise comparativa com base na construção de uma tábua de nupcialidade em que consideramos a função  $1_x$ , especialmente  $1_5$  - número de casamentos que sobreviveram aos primeiros 5 anos, e  $1_{10}$  - número de casamentos que sobreviveram aos primeiros

dez anos, tendo uma coorte inicial de 100.000 casamentos. No primeiro caso os valores terminam em 1980 e no segundo em 1975, o que não permite o conhecimento da época mais recente, porventura a de mais significativas alterações, como já se referiu.

## QUADRO N.º 1

Sobrevivência dos casamentos, nos primeiros cinco anos, realizados entre 1961-1980 no Concelho de Angra do Heroísmo

Anos	$1_5$	Anos	$1_5$
1961	100.000	1971	100.000
1962	99.660	1972	99.710
1963	100.000	1973	99.720
1964	100.000	1974	100.000
1965	100.000	1975	99.120
1966	100.000	1976	99.720
1967	99.500	1977	99.370
1968	100.000	1978	98.590
1969	100.000	1979	99.650
1970	99.730	1980	98.390

Se atentarmos nos valores constantes no quadro n.º 1 verificamos que as transformações praticamente não existem ou são irrelevantes, não obstante a lenta diminuição verificada a partir de 1974. Com efeito, esta vale mais pela situação de permanência do que pelo quantitativo registado. Se em 1962, 1967 e 1970 se realizaram casamentos que acabaram por se dissolver por divórcio antes de atingirem os 5 anos, logo se seguem anos em que tal não se verifica. Desde meados da década de setenta, porém, em todos os anos, alguns dos casamentos efectuados embora poucos, registam uma menor duração.

## QUADRO N.º 2

Sobrevivência dos casamentos, nos primeiros dez anos, realizados entre 1961-1975 no Concelho de Angra do Heroísmo

Anos	1 <sub>10</sub>	Anos	1 <sub>10</sub>
1961	100.000	1969	99.430
1962	99.142	1970	98.643
1963	100.000	1971	98.100
1964	98.940	1972	98.530
1965	100.000	1973	98.894
1966	100.000	1974	98.610
1967	99.003	1975	98.058
1968	98.020		

Observando o quadro n.º 2, considerando uma duração de 10 anos, o fenómeno é um pouco mais perceptível, pois que dos casamentos realizados a partir do ano de 1967 existiram sempre divórcios ou separações. Se encontramos um volume de sobreviventes de 98.940 em 1964, o facto é que em 1965 e 1966 estes voltam a atingir os 100.000 — a totalidade da coorte, o que não acontece a partir dos finais dos anos setenta. Também aqui não é a ordem de grandeza o aspecto que consideramos mais significativo, já que de um total de 100.000 casamentos sobreviveram durante dez anos um número que oscila entre 98.000 e 99.000.

Teríamos um conhecimento mais adequado desta temática se a pudéssemos analisar numa distinção entre zona urbana e zona rural, perspectiva utilizada noutros pontos do trabalho. No entanto, renunciámos a esta opção, aliás interessante, quer porque não só teríamos dificuldades numa correcta classificação de *rural* e *urbano*, quanto aos divórcios dos casamentos civis (sobretudo nos que anteriormente remetemos para *outros*), quer porque, jogando com as características dos dados, correríamos o risco de

classificar os divórcios tendo em conta unicamente a situação observada aquando do casamento.

A durabilidade do casamento católico e civil foi outro dos aspectos que nos propusemos analisar. Embora nesta classificação as dificuldades concernentes às opções de vida nos anos posteriores ao casamento, antes referidas, sejam também pertinentes, pareceu-nos, no entanto, terem menor relevância, pelo que resolvemos calcular o número de sobreviventes, função da tábua de nupcialidade, que apresentamos nos quadros n.ºs 3 e 4, respectivamente 1<sub>5</sub> e 1<sub>10</sub>.

## QUADRO N.º 3

Sobrevivência dos casamentos, católicos e civis, nos primeiros cinco anos, realizados entre 1961-1980 no Concelho de Angra do Heroísmo

Anos	Casamentos católicos 1 <sub>5</sub>	Casamentos civis 1 <sub>5</sub>	Anos	Casamentos católicos 1 <sub>5</sub>	Casamentos civis 1 <sub>5</sub>
1961	100.000	100.000	1971	100.000	100.000
1962	99.650	100.000	1972	99.680	100.000
1963	100.000	100.000	1973	99.710	100.000
1964	100.000	100.000	1974	100.000	100.000
1965	100.000	100.000	1975	99.420	96.300
1966	100.000	100.000	1976	99.680	100.000
1967	99.480	100.000	1977	99.630	98.040
1968	100.000	100.000	1978	99.100	96.830
1969	100.000	100.000	1979	99.600	97.987
1970	99.710	100.000	1980	99.460	93.748

Se atendermos à evolução da durabilidade dos casamentos católicos e civis nos primeiros cinco anos, verificamos que a tendência é semelhante. Os casamentos realizados durante a década de sessenta e nos primeiros anos de setenta, praticamente não apresentam dissoluções. É nos realizados a partir de meados desta década que elas surgem, com maior expressividade nos casamentos civis.

Para 100.000 casamentos católicos realizados em 1980 verifica-se um total de 99.460 sobreviventes, enquanto que para os casamentos civis o montante é de 93.748.

Esta mesma tendência pode ser verificada na observação do quadro n.º 4, em que apresentamos o montante de casamentos que sobreviveram a um período de 10 anos.

QUADRO N.º 4

Sobrevivência dos casamentos, católicos e civis, nos primeiros dez anos, realizados entre 1961-1975 no Concelho de Angra do Heroísmo

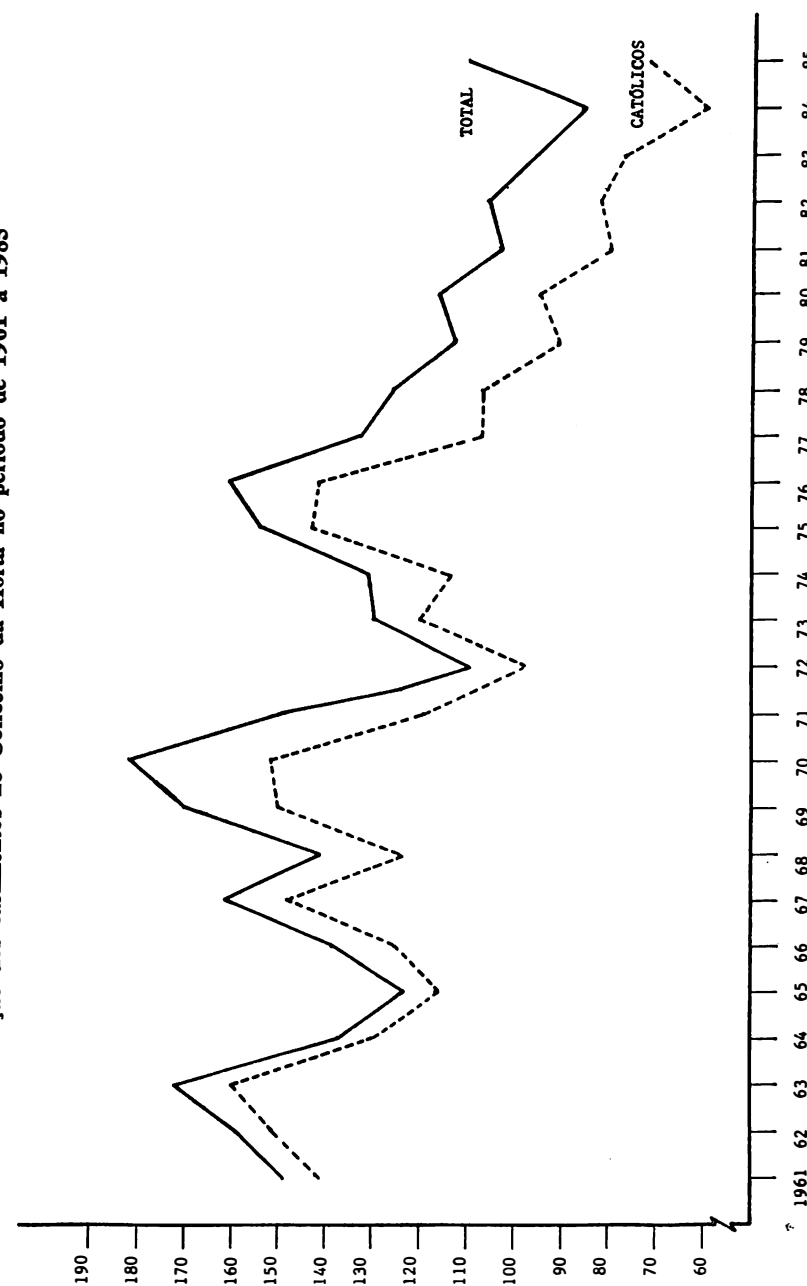
Anos	Casamentos católicos 1 <sub>10</sub>	Casamentos civis 1 <sub>10</sub>	Anos	Casamentos católicos 1 <sub>10</sub>	Casamentos civis 1 <sub>10</sub>
1961	100.000	100.000	1969	100.000	92.860
1962	99.301	100.000	1970	100.000	96.000
1963	100.000	100.000	1971	98.240	96.430
1964	99.630	80.000	1972	98.394	100.000
1965	100.000	100.000	1973	99.120	95.830
1966	100.000	100.000	1974	99.400	89.660
1967	98.963	100.000	1975	98.642	92.596
1968	98.940	84.210			

Não queremos, no entanto, deixar de salientar que, no que respeita aos casamentos civis, a pequenez de efectivos pode tornar discutível a validade da interpretação dos valores obtidos. Assim, consideramos que estes valem tanto como resultado do estudo realizado como situação de partida para outras investigações, numa hipótese a confirmar.

## 2. CONCELHO DA HORTA

O concelho da Horta, diferentemente do que acontece com o de Angra do Heroísmo ou de Ponta Delgada, engloba toda uma ilha — o Faial. Esta situação permite

GRÁFICO N.º 6  
Evolução dos casamentos no Concelho da Horta no período de 1961 a 1985



não só um melhor enquadramento demográfico, já que existe maior informação estatística disponível principalmente nos anos mais recentes, como uma diferente compreensão dos fenómenos representativos de uma unidade de análise geograficamente demarcada — a ilha.

A curva respeitante ao número de casamentos no período em análise, representado no gráfico n.º 6, surge-nos bastante irregular, provavelmente como consequência do pequeno número de acontecimentos que regista. Não obstante a variedade de tendências, parece-nos existir uma certa estabilidade entre 1961 e 1976, com excepção do ano de 1972 cujo montante é excepcionalmente baixo. Entre 1976 e 1984 o declínio é bastante acentuado e praticamente constante. Parece-nos significativo, no entanto, o acréscimo observado entre 1984 e 1985. Até 1968, sensivelmente, a curva dos casamentos católicos acompanha a da totalidade dos casamentos, com um desvio pequeno e constante. Desta data e até 1977 podemos aperceber-nos de um acréscimo dos casamentos civis em alguns anos, o que se torna nítido a partir de 1977.

Para o declínio dos casamentos deve ter contribuído a diminuição do volume populacional, e consequente envelhecimento da população, durante mais de 20 anos. Com 20.281 habitantes em 1960, o valor passa para 17.068 em 1970 e 15.489 em 1981, como consta dos respectivos recenseamentos. O decréscimo percentual verificado na última década — da ordem dos 9% — é, no entanto, inferior ao observado no período de 1960-1970 — cerca de 16%, como consequência da emigração particularmente elevada à volta dos anos sessenta.

Como podemos observar do gráfico n.º 7, o decréscimo da nupcialidade registado a partir de 1976 é, no entanto, menos acentuado do que o verificado de 1970 para 1972, tendo a TBNup. um valor não só superior ao desta última data, como ao do ano de 1965.

GRÁFICO N.º 7  
Evolução da taxa bruta de nupcialidade no Concelho da Horta no período de 1961 a 1980

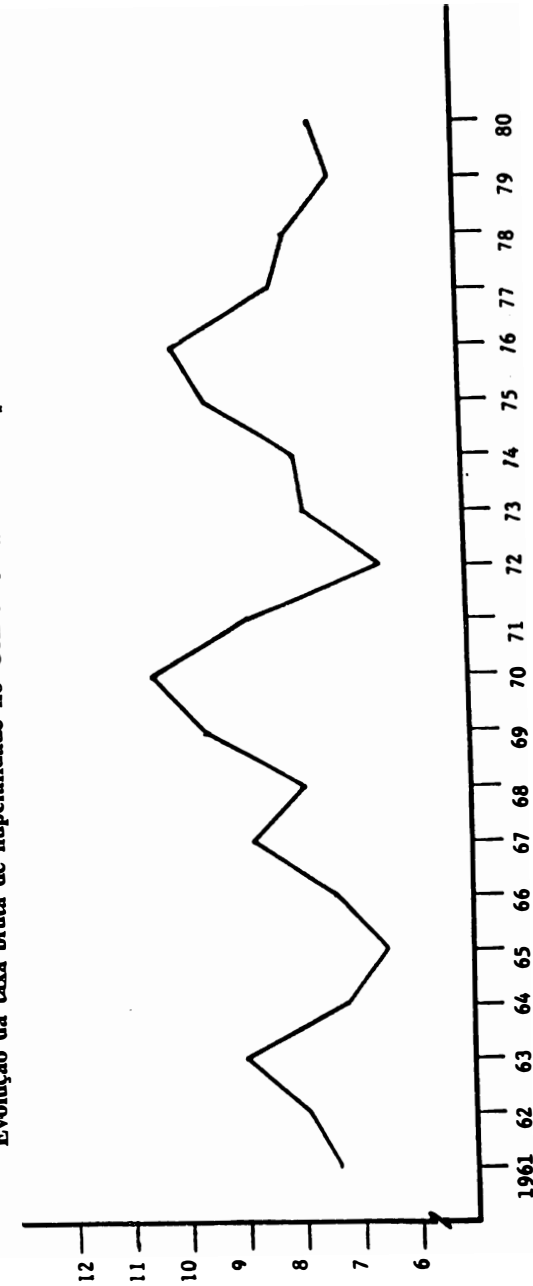
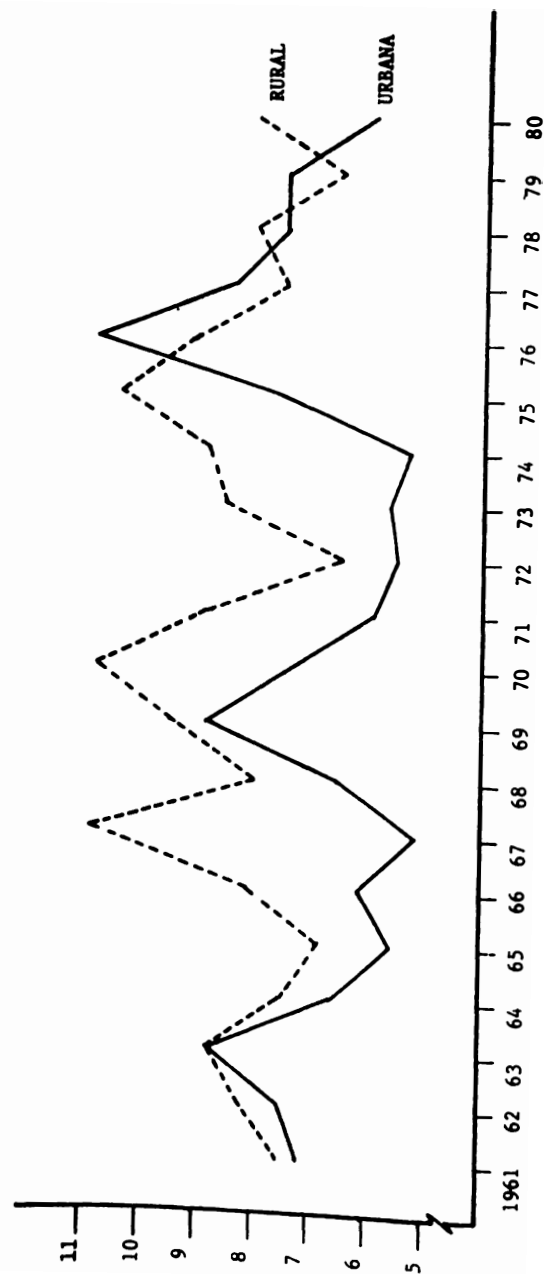


GRÁFICO N.º 8  
Evolução da taxa bruta de nupcialidade na zona urbana e na zona rural  
do Concelho da Horta no período de 1961 a 1980



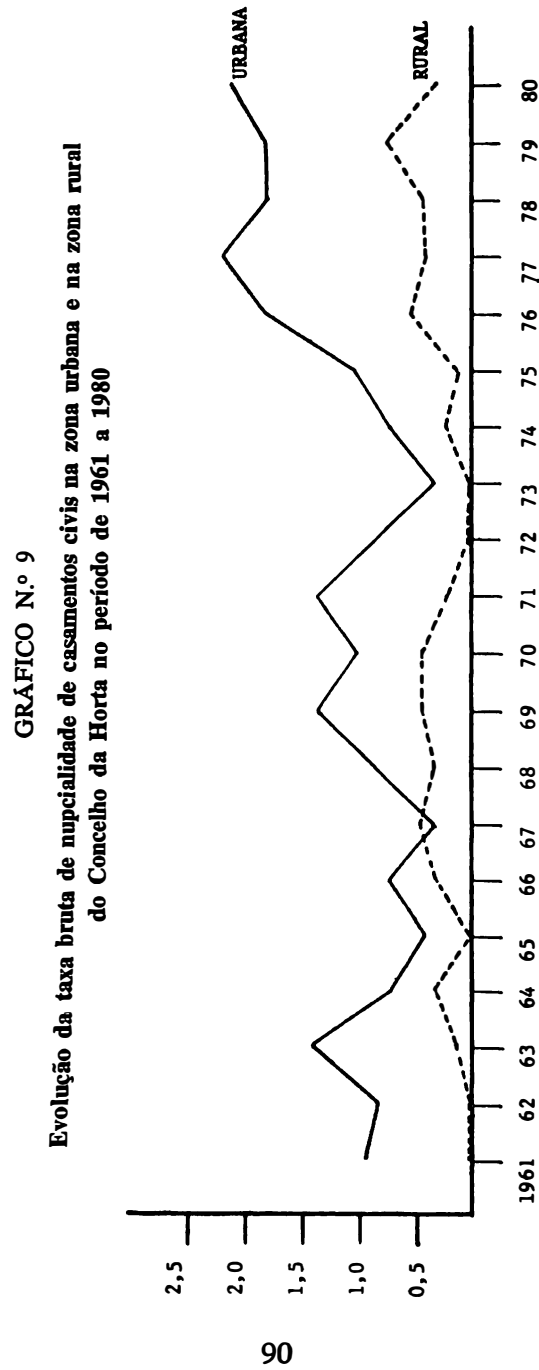
Ao analisarmos separadamente a nupcialidade na zona urbana e na zona rural, representadas no gráfico n.º 8, verificamos que nos anos mais recentes não só a evolução como os próprios quantitativos são bastante semelhantes. Tal não era a situação do período anterior. Neste, não obstante os aumentos e diminuições, a TBNup. na zona rural é sempre mais elevada, atingindo em alguns anos diferenças significativas. Parece-nos interessante salientar a evolução, nem sempre coincidente, destas duas curvas, nomeadamente em 1965 e 1967. Enquanto que na cidade a nupcialidade segue a evolução iniciada nos anos anteriores, no campo verificamos um crescimento de ritmo significativo, tendo o ano de 1967 um dos valores mais elevados do período em estudo.

Será que o fenómeno tem, de facto, uma intensidade diferenciada?

Temos consciência das limitações deste indicador, altamente influenciado pelas características da estrutura populacional. Será que a população rural é mais jovem do que a população urbana? É menor a perda populacional da cidade em relação ao concelho. — Após a erupção do vulcão dos Capelinhos (1957) e o movimento sísmico consequente (1958), o padrão de povoamento do Faial alterou-se, concentrando-se a população na Horta e áreas suburbanas, devido, talvez, mais à emigração para o estrangeiro da população das freguesias grandemente atingidas do que por um movimento de fuga dos campos para a cidade<sup>16</sup>.

O acréscimo dos casamentos civis é preponderante a partir de 1975. Da ordem dos 5,4% da totalidade dos casamentos em 1961, registam um valor dos 8 a 10% nos primeiros anos da década de setenta. Em 1984 e 1985 o seu peso relativo ronda os 30%. Estes são mais relevantes na zona urbana do concelho (o mesmo é dizer da ilha), como se constata no gráfico n.º 9.

<sup>16</sup> Cf. DREPA, *Faial — Caracterização*, Angra do Heroísmo, 1985.



Achamos de interesse salientar os valores verificados nos períodos de 1962-1964 e 1968-1972. Estes são, contudo, fundamentalmente consequência dos casamentos realizados com elementos do *exterior*, tal como já tínhamos observado no concelho de Angra do Heroísmo e está bem patente no gráfico n.º 10.

Nos últimos anos, são os casamentos efectuados por residentes na zona urbana os que apresentam maior expressividade no conjunto dos casamentos civis.

A dissolução do casamento é praticamente irrelevante no concelho da Horta, apesar da tendência de acréscimo observada nos últimos anos.

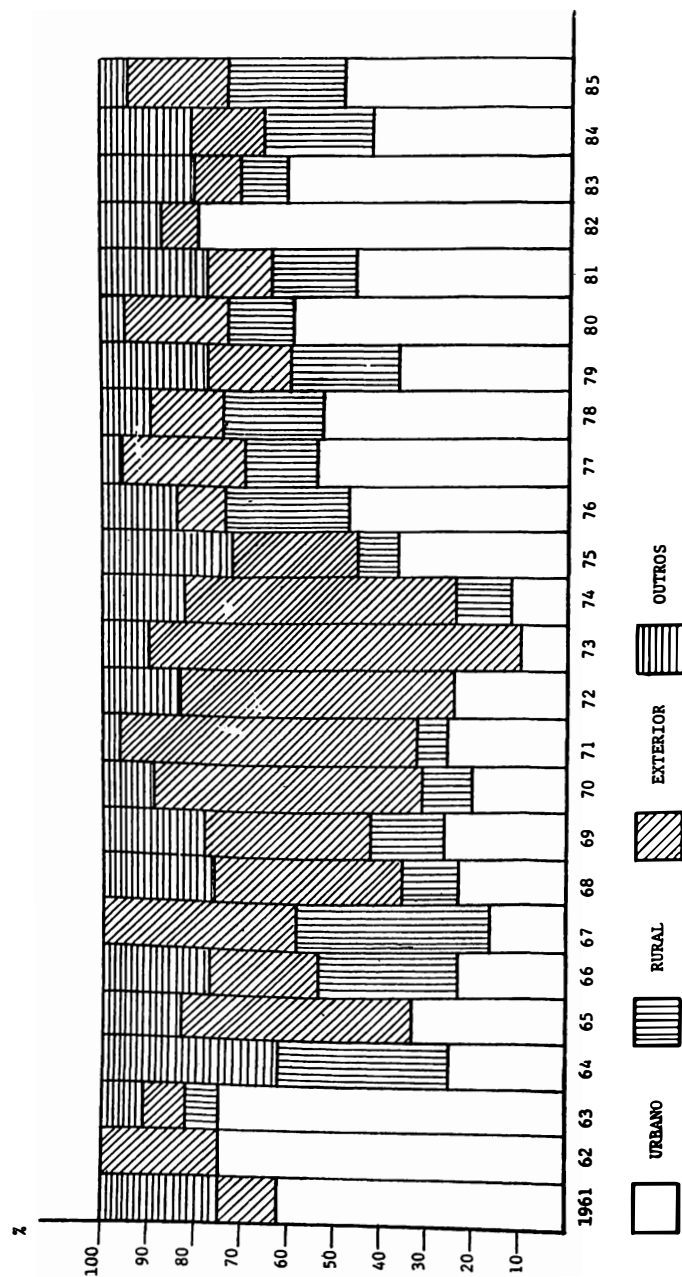
Da totalidade dos casamentos realizados desde 1961 e até 1985, só a partir de 1980 a separação ou divórcio surge de um modo mais significativo, principalmente em 1984 e 1985 em que o quantitativo é de, respectivamente, 10 e 14. Até àquela data não ultrapassa o valor 2, com excepção para o ano de 1977 que é de 6.

QUADRO N.º 5

Sobrevivência dos casamentos, nos primeiros cinco anos, realizados entre 1961-1980 no Concelho da Horta

Anos	1 <sub>5</sub>	Anos	1 <sub>5</sub>
1961	99.330	1971	99.330
1962	100.000	1972	100.000
1963	99.420	1973	99.230
1964	100.000	1974	100.000
1965	100.000	1975	99.350
1966	100.000	1976	98.140
1967	99.380	1977	100.000
1968	100.000	1978	99.210
1969	100.000	1979	100.000
1970	100.000	1980	98.290

GRÁFICO N.º 10  
Evolução dos casamentos civis segundo a importância relativa de residência de residência dos cônjuges no Concelho da Horta no período de 1961 a 1985



Ao analisarmos a sobrevivência dos casamentos durante os primeiros cinco anos, apresentada no quadro n.º 5, dificilmente encontramos uma tendência nítida de decréscimo. No entanto, no que respeita à durabilidade do casamento durante 10 anos, apresentada no quadro n.º 6, verificamos já uma diminuição de casamentos sobreviventes nas coortes de 1973, 1974, 1975, com valores de 97.692, 96.950 e 96.757, respectivamente.

QUADRO N.º 6

Sobrevivência dos casamentos, nos primeiros dez anos, realizados entre 1961-1975 no Concelho da Horta

Anos	1 <sub>10</sub>	Anos	1 <sub>10</sub>
1961	98.655	1969	99.410
1962	99.370	1970	100.000
1963	99.420	1971	99.330
1964	100.000	1972	100.000
1965	99.190	1973	97.692
1966	100.000	1974	96.950
1967	99.380	1975	96.757
1968	100.000		

No que concerne à distinção entre a sobrevivência nos casamentos católicos e nos casamentos civis, cujos valores apresentamos nos quadros n.ºs 7 e 8, tal como já tínhamos observado no concelho de Angra do Heroísmo, é nestes últimos que encontramos os quantitativos menos elevados, o que nos leva a pensar na possibilidade da sua menor duração. Não queremos deixar de chamar a tenção, uma vez mais, para o cuidado posto na interpretação destes resultados, dada a pequenez de efectivos em questão.

QUADRO N.º 7

Sobrevivência dos casamentos, católicos e civis, nos primeiros cinco anos, realizados entre 1961-1980 no Concelho da Horta

Anos	Casamentos católicos 1 <sub>5</sub>	Casamentos civis 1 <sub>5</sub>	Anos	Casamentos católicos 1 <sub>5</sub>	Casamentos civis 1 <sub>5</sub>
1961	99.290	100.000	1971	100.000	96.780
1962	100.000	100.000	1972	100.000	100.000
1963	99.370	100.000	1973	99.170	100.000
1964	100.000	100.000	1974	100.000	100.000
1965	100.000	100.000	1975	99.330	100.000
1966	100.000	100.000	1976	99.300	89.470
1967	99.330	100.000	1977	100.000	100.000
1968	100.000	100.000	1978	100.000	94.740
1969	100.000	100.000	1979	100.000	100.000
1970	100.000	100.000	1980	98.950	95.450

QUADRO N.º 8

Sobrevivência dos casamentos, católicos e civis, nos primeiros dez anos, realizados entre 1961-1975 no Concelho da Horta

Anos	Casamentos católicos 1 <sub>10</sub>	Casamentos civis 1 <sub>10</sub>	Anos	Casamentos católicos 1 <sub>10</sub>	Casamentos civis 1 <sub>10</sub>
1961	98.585	100.000	1969	99.330	100.000
1962	99.340	100.000	1970	100.000	100.000
1963	99.370	100.000	1971	100.000	96.780
1964	100.000	100.000	1972	100.000	100.000
1965	100.000	83.330	1973	97.540	100.000
1966	100.000	100.000	1974	97.370	94.120
1967	99.330	100.000	1975	97.929	81.820
1968	100.000	100.000			

### 3. CONCELHO DE PONTA DELGADA

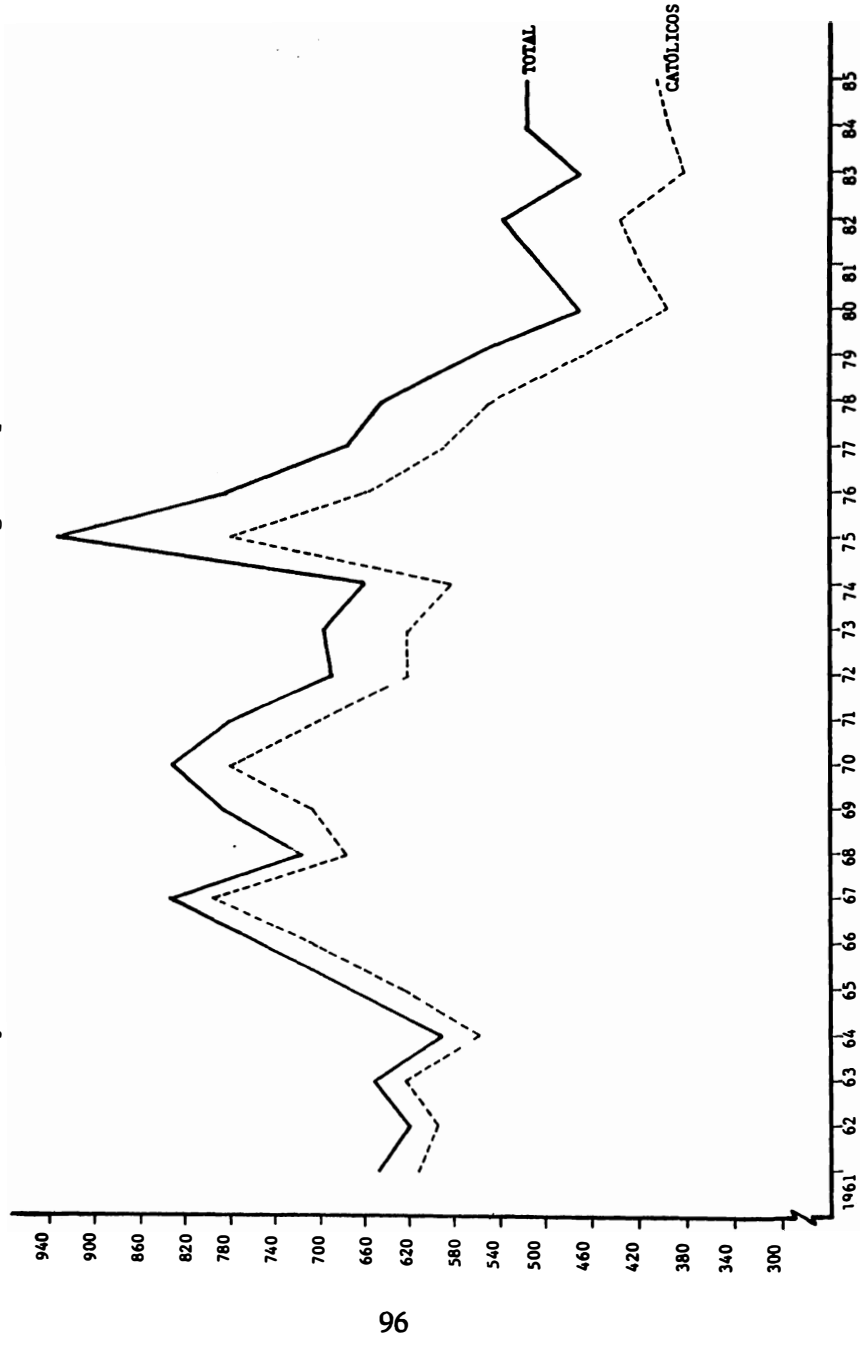
Observando o gráfico n.º 11 em que representamos a curva de evolução do número de casamentos no concelho de Ponta Delgada, verificamos que esta apresenta um acréscimo bastante acentuado desde meados da década de sessenta, registando valores muito elevados, sensivelmente, durante 10 anos. A partir de 1975, ano em que o montante é extraordinariamente alto, tal como já tínhamos visto no concelho de Angra do Heroísmo, o declínio faz-se a um ritmo nunca observado. Não obstante uma certa estabilidade nos últimos anos — 1980-1985 — o volume dos casamentos atinge os valores mais baixos do período.

A curva dos casamentos católicos acompanha sempre, com um diferencial pouco significativo, a da totalidade dos casamentos, na demonstração da elevada relevância da tradicional religiosidade do povo micaelense em particular e açoriano em geral. Podemos, no entanto, apercebermo-nos do aumento do desvio, representativo do acréscimo de importância do casamento civil que, bastante pequeno até 1968, aumenta a partir desta data, ainda que de um modo irregular, particularmente desde 1974.

É interessante a constatação da similitude existente entre a curva dos casamentos — valores absolutos — e a da TBNup. — valores relativos —, esta representada no gráfico n.º 12, que nos leva a pensar não ser o volume populacional o factor explicativo do decréscimo registado a partir de 1975.

Não tendo um conhecimento pormenorizado da existência de modificações na estrutura populacional, sabemos, no entanto, e no que respeita à estrutura etária, que em 1960 o concelho de Ponta Delgada apresentava um valor percentual para os jovens (menos de 20 anos) e activos (entre os 20 e 60 anos) de 43,8 e 47,3; em 1970 estes repre-

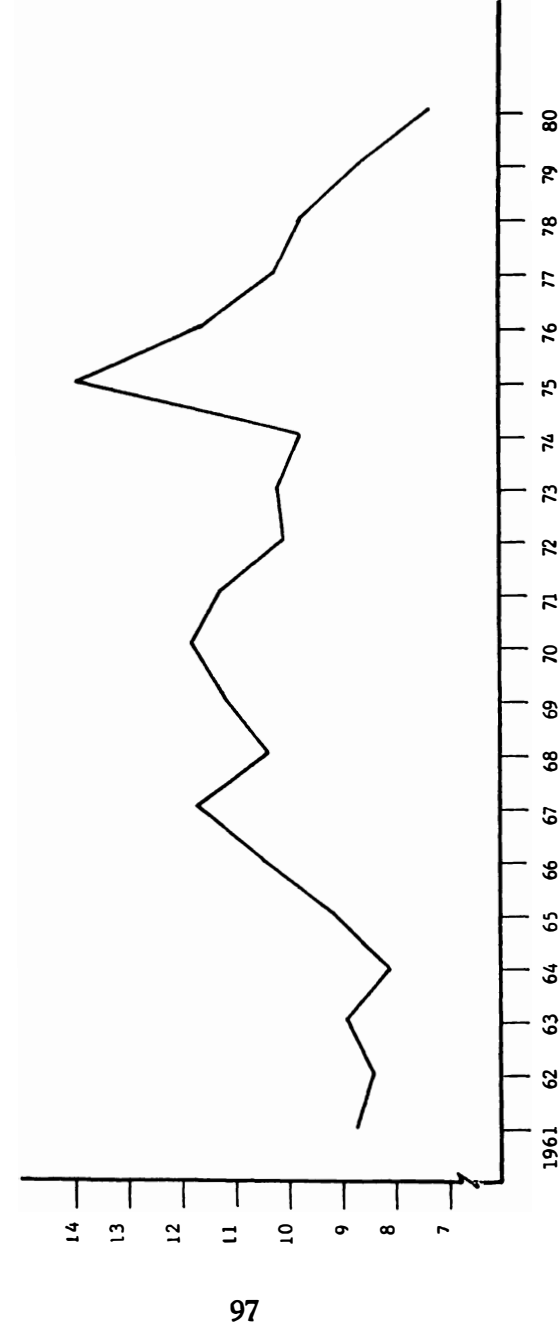
GRÁFICO N.º 11  
Evolução dos casamentos no Concelho de Ponta Delgada no período de 1961 a 1985



96

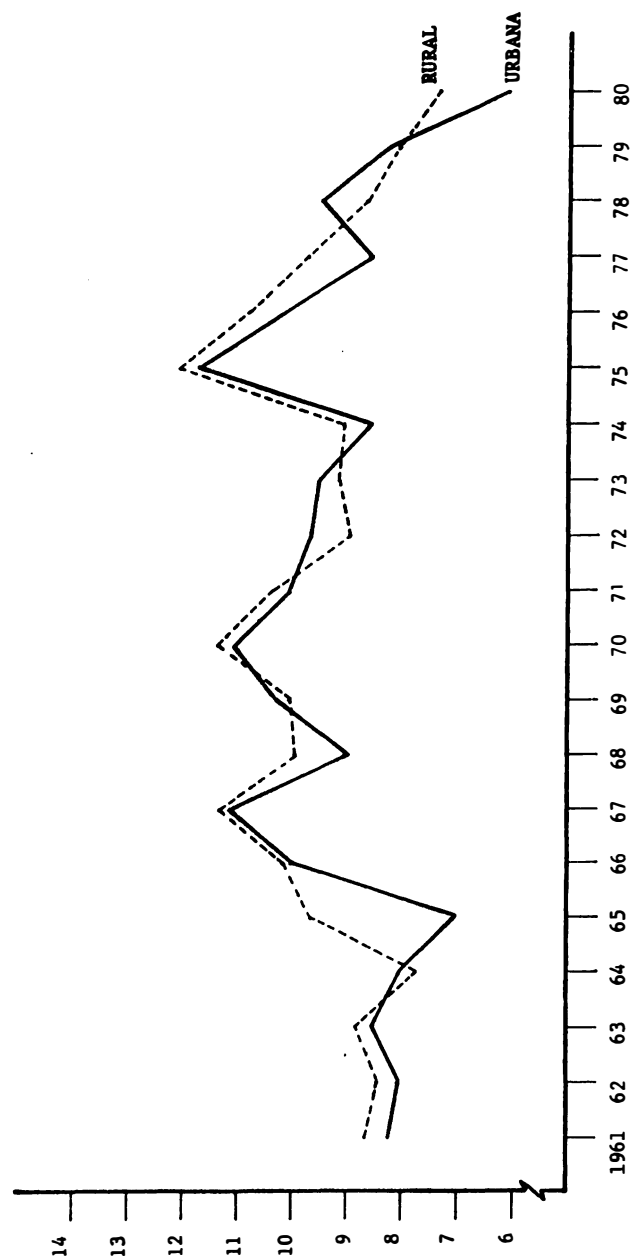
7

GRÁFICO N.º 12  
Evolução da taxa bruta de nupcialidade no Concelho de Ponta Delgada no período de 1961 a 1980



97

GRÁFICO N.º 13  
Evolução da taxa bruta de nupcialidade na zona rural e na zona urbana  
do Concelho de Ponta Delgada no período de 1961 a 1980



sentavam 45,2% e 43,7% da população e em 1978<sup>17</sup> o valor estimado era, e ainda respectivamente aos jovens e activos, de 46,0% e 43,2%, o que não parece explicar a alteração verificada na nupcialidade.

A manter-se a tendência observada até 1980, é de esperar que entre 1980 e 1985 tenha aumentado o valor da TBNup.

A distinção entre a nupcialidade na zona rural e na zona urbana não apresenta, para o conjunto do período, qualquer significado neste concelho, como se pode constatar no gráfico n.º 13.

Como já ocorreu observar no gráfico n.º 1, a importância do casamento civil, ainda que atenuada, aumenta a partir de 1974, com maior expressividade na zona urbana como está patente no gráfico n.º 14.

Numa breve comparação com os concelhos de Angra e da Horta, encontramos em Ponta Delgada, e desde 1961, uma maior representatividade do casamento civil. Este facto torna-se perfeitamente compreensível se observarmos o gráfico n.º 15. O peso relativo do casamento (civil) com elementos dos países de emigração é determinante em todo o período, particularmente entre 1968 e 1978. Nos anos oitenta este apresenta ainda uma importância idêntica à dos casamentos efectuados quer entre pessoas residentes na zona urbana, quer entre os da zona rural.

Também no concelho de Ponta Delgada a dissolução do casamento regista um acréscimo de valores a partir de meados da década de setenta. Assim, do conjunto dos casamentos em estudo, os divórcios não ultrapassam o valor 3, em cada um dos anos, até 1975. Em 1976 assiste-se a um aumento significativo, pois o quantitativo passa para 17, sendo 30 o valor médio anual do período 1981-1985.

<sup>17</sup> Cf. DREPA, *Apectos Demográficos. Açores - 78*.

GRÁFICO N.º 14

Evolução da taxa bruta de nupcialidade de casamentos civis na zona urbana e na zona rural do Concelho de Ponta Delgada no período de 1961 a 1980

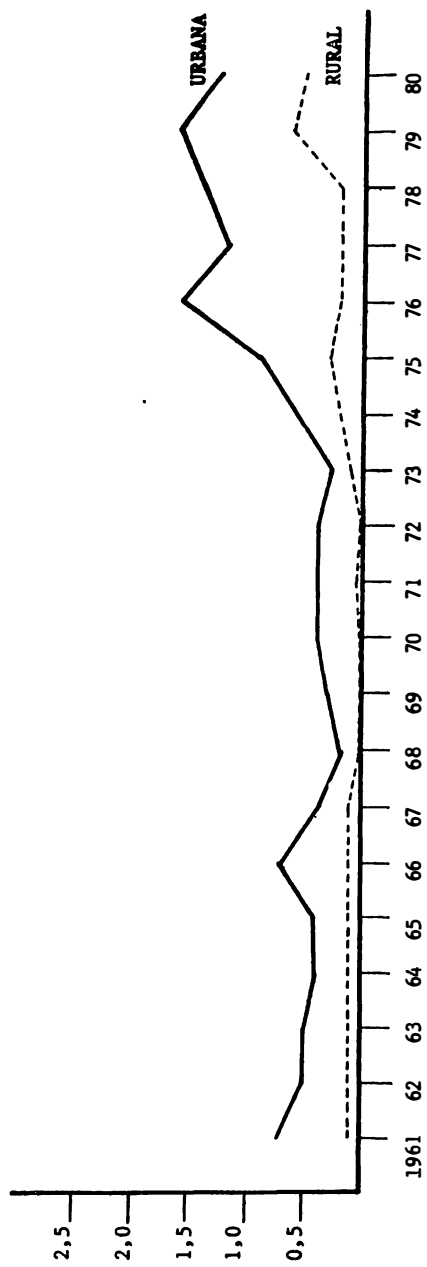
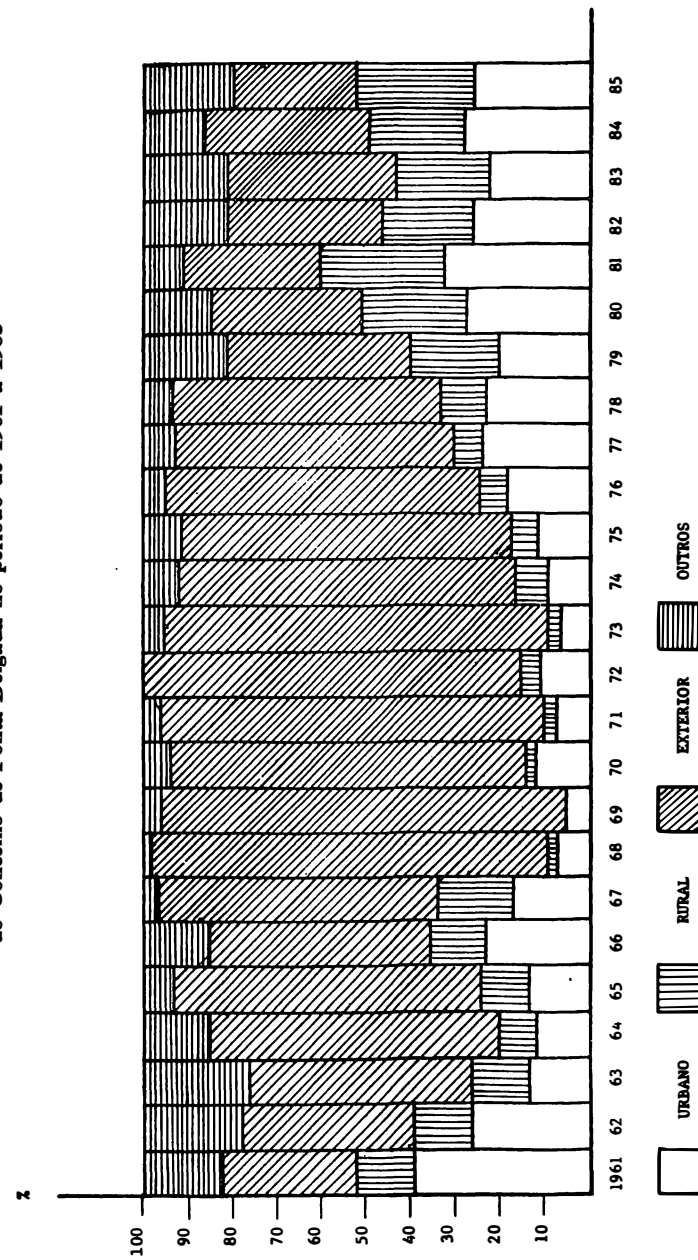


GRÁFICO N.º 15  
Evolução dos casamentos civis segundo a importância relativa de residência dos cônjuges do Concelho de Ponta Delgada no período de 1961 a 1985



QUADRO N.º 9

Sobrevivência dos casamentos, nos primeiros cinco anos, realizados entre 1961-1980 no Concelho de Ponta Delgada

Anos	1 <sub>5</sub>	Anos	1 <sub>5</sub>
1961	99.690	1971	99.740
1962	100.000	1972	99.710
1963	99.850	1973	99.280
1964	99.830	1974	99.850
1965	100.000	1975	99.460
1966	100.000	1976	99.230
1967	99.880	1977	98.660
1968	100.000	1978	99.220
1969	99.740	1979	98.570
1970	99.760	1980	98.930

Analisando a sobrevivência dos casamentos nos primeiros 5 anos, verifica-se que só nos realizados no limiar dos anos oitenta se pode aperceber uma menor durabilidade, não obstante as dissoluções serem uma realidade, ainda que de pouco significado, desde 1969.

QUADRO N.º 10

Sobrevivência dos casamentos, nos primeiros dez anos, realizados entre 1961-1975 no Concelho de Ponta Delgada

Anos	1 <sub>10</sub>	Anos	1 <sub>10</sub>
1961	99.535	1969	99.230
1962	99.840	1970	98.794
1963	99.700	1971	98.710
1964	99.150	1972	98.691
1965	99.850	1973	97.981
1966	99.870	1974	98.786
1967	99.400	1975	98.277
1968	99.320		

Esta lenta transformação é mais visível no que respeita ao 1<sub>10</sub>, em que desde esta data o número de casamentos sobreviventes varia entre 97.000 e 98.000.

É interessante salientar, no entanto, que em Ponta Delgada todos os anos registam dissoluções, pelo que não houve nenhuma coorte que sobrevivesse intacta durante dez anos.

No que concerne à distinção na sobrevivência dos casamentos católicos e civis, cujos valores apresentamos nos quadros n.ºs 11 e 12, respectivamente para 5 e 10 anos, constata-se que, apesar da ressalva anteriormente referida, é nestes que ela é menor. Se no que respeita aos primeiros cinco anos - 1<sub>5</sub>, tal é perceptível desde o início da década de setenta, com maior relevância para os casamentos realizados mais recentemente, no 1<sub>10</sub> reporta-se a todo o período.

QUADRO N.º 11

Sobrevivência dos casamentos, católicos e civis, nos primeiros cinco anos, realizados entre 1961-1980 no Concelho de Ponta Delgada

Anos	Casamentos católicos 1 <sub>5</sub>	Casamentos civis 1 <sub>5</sub>	Anos	Casamentos católicos 1 <sub>5</sub>	Casamentos civis 1 <sub>5</sub>
1961	99.840	97.140	1971	100.000	97.470
1962	100.000	100.000	1972	99.840	98.530
1963	99.840	100.000	1973	99.510	97.330
1964	99.820	100.000	1974	99.830	100.000
1965	100.000	100.000	1975	99.870	97.470
1966	100.000	100.000	1976	99.690	96.720
1967	100.000	97.560	1977	99.320	94.190
1968	100.000	100.000	1978	99.450	97.890
1969	99.860	98.770	1979	99.350	94.790
1970	99.740	100.000	1980	98.730	100.000

## QUADRO N.º 12

Sobrevivência dos casamentos, católicos e civis, nos primeiros dez anos, realizados entre 1961-1975 no Concelho de Ponta Delgada

Anos	Casamentos católicos 1 <sub>10</sub>	Casamentos civis 1 <sub>10</sub>	Anos	Casamentos católicos 1 <sub>10</sub>	Casamentos civis 1 <sub>10</sub>
1961	99.840	94.283	1969	99.575	96.301
1962	100.000	95.830	1970	98.968	96.080
1963	99.840	96.670	1971	98.850	97.470
1964	99.102	100.000	1972	98.869	97.059
1965	100.000	97.780	1973	98.216	95.997
1966	99.860	100.000	1974	98.969	97.400
1967	99.620	95.121	1975	98.704	96.204
1968	99.260	100.000			

\*  
\* \*

A semelhança na evolução do casamento nos três concelhos parece nítida em algumas das suas características. Assim, não só assistimos a um acréscimo do casamento civil a partir de meados da década de setenta, como podemos encontrar, já nos finais dos anos sessenta, uma ligeira tendência neste sentido proveniente, neste caso, e contrariamente ao que acontece nos anos mais recentes, dos casamentos realizados com residentes nos países de tradicional emigração açoriana: E. U. A. e Canadá.

No que respeita à dissolução do casamento, por divórcio ou separação, ainda que pouco relevante, principalmente se comparada com outros países e regiões, a sua existência é clara a partir de finais dos anos setenta e, particularmente, em 1977 e 1978. Pensamos poder relacionar este último acréscimo com a ocorrência da revisão

da Concordata que se deu nos finais de 1977 e que permitiu a legalização de algumas situações de facto.

A durabilidade do casamento no que pode ser, talvez, considerado o início de uma diferente forma de o entender apresenta, no entanto, uma periodicidade relativamente diferenciada. Parece surgir mais cedo no concelho de Ponta Delgada — por exemplo o 1<sub>5</sub> já na coorte de 1969 e o 1<sub>10</sub> já na de 1961; seguidamente no concelho de Angra do Heroísmo — o 1<sub>5</sub> na coorte de 1975 e o 1<sub>10</sub> na de 1967, enquanto que no da Horta a permanência de um menor volume é ainda pouco nítida no que respeita ao 1<sub>5</sub> e só parece perceptível a partir da coorte de 1973 no 1<sub>10</sub>.

A maior duração do casamento católico, cujas reservas na interpretação salientamos aquando da análise do concelho de Angra do Heroísmo, é outro dos aspectos comuns.

Ao longo da análise da nupcialidade encontramos algumas diferenças que gostaríamos de salientar. Respeitam, principalmente, ao concelho de Ponta Delgada, quer no declínio verificado, quer na maior homogeneidade existente entre a zona urbana e a zona rural<sup>18</sup>.

O excepcional acréscimo do casamento verificado no ano de 1975 e que realçamos aquando da análise do concelho de Angra do Heroísmo, significativo neste unicamente na zona rural, tem em Ponta Delgada correspondência a nível global (urbano e rural), enquanto que na Horta praticamente não se faz sentir ou pelo menos não regista uma acentuada especificidade.

<sup>18</sup> Em coerência com a definição e a distinção admitidas, jogamos com as categorias *urbano* e *rural*; pensamos, no entanto, que as «zonas suburbanas» podem ter um peso ou certa expressividade nos valores de uma e de outra nos vários aspectos considerados, sobretudo em Ponta Delgada.

\*  
\* \*

A abordagem feita nesta nossa exposição refere, como se depreende, a evolução do casamento, não tendo o divórcio outra função que a de salientar a durabilidade do mesmo casamento.

Detivemo-nos numa análise quantitativa, condicionada esta, ainda, pela pequenez dos efectivos e pela carência de outros elementos demográficos, designadamente a estrutura populacional.

Serão de considerar, ainda, factores socioculturais que poderão enquadrar e explicar a variação do fenómeno e aspectos da sua evolução, o que solicita para uma investigação posterior de carácter mais sociológico.

Neste contexto se percebe que a nossa análise se situa ao nível dos factos não implicando nenhuma atitude ou posição de tipo doutrinal.